



Oposição lamenta reforma que pune os mais pobres e não atinge privilegiados

O texto saído da votação em primeiro turno da reforma da Previdência no Senado trouxe modificações importantes ao projeto oriundo da Câmara dos Deputados. Um dos principais foi o que suprimiu a mudança do abono salarial, que hoje é pago a quem recebe até dois salários mínimos (R\$ 1.996 em 2019) e deverá continuar assim. O texto da Câmara restringia o direito ao valor de R\$ 1.364,43.

Antes, a Comissão de Constituição e Justiça do Senado havia suprimido dispositivo que previa que a pensão por morte fosse inferior ao salário mínimo, assim como excluiu o artigo que colocava na Constituição o critério para receber o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

“Já no plenário do Senado, depois de tantos destaques, a única coisa importante foi retirar a mudança do abono salarial, que beneficiou mais de 13 milhões de trabalhadores”, avalia a deputada federal Jandira Feghali (PCdoB-RJ). A parlamentar destaca que a desconstitucionalização do BPC pela CCJ daquela casa também é importante, já que, na prática, a inserção do benefício na Constituição “congelaria” o auxílio. Com a mudança, o auxílio foi retirado da Constituição Federal.

“O BPC nunca foi constitucional e continuou não sendo. Quando põe na Constituição, você o congela, até porque o salário mínimo está sendo depreciado”, explica.

Para Jandira, porém, a principal vitória da oposição veio da Câmara, com a derrubada do regime de capitalização, que o governo não conseguiu impor. “Impedimos o mal maior, que era a capitalização, que seria a destruição total da Seguridade Social. Foi a grande derrota do governo e a maior vitória da oposição.”

No Senado, a exclusão do dispositivo que reduzia o valor do abono salarial de dois salários mínimos para R\$ 1.364,43, segundo cálculos da oposição, beneficiará, ou deixará de prejudicar, de 12 a 13 milhões de trabalhadores. Já o ministro da Economia, Paulo Guedes, ficou furioso com a alteração, que “desidrata” a reforma em R\$ 76,4 bilhões, segundo o governo. Ele declarou que para cada bilhão perdido no Senado deverá haver uma compensação com mudanças do pacto federativo.

“Isso é um absurdo. Paulo Guedes é um chantagista. Tenta fazer ameaça com o segundo turno do Senado. Isso não é papel de um ministro que serve à República. É de um chantagista que fala

pelos bancos”, rebate Jandira Feghali. “É o capital financeiro incrustado no cargo de ministro da Economia.” Para a deputada, ao ameaçar governadores e estados, o ministro está, de fato, ameaçando o povo. “Ele não pode fazer chantagem com o direito do povo. Tirar dinheiro dos estados é tirar de políticas públicas.”

Na tribuna, nesta quinta-feira (3), o senador Humberto Costa (PT-PE) afirmou que, ao aprovar o texto em primeiro turno, “o Senado acaba de referendar uma das medidas mais nocivas de todos os tempos para o trabalhador, sobretudo o de baixa renda”. A economia anunciada pelo governo e apoiadores da proposta de emenda à Constituição recairá em 80% sobre mais pobres, disse.

“A reforma será um duro golpe sobre mais de 70% dos municípios brasileiros, que vivem basicamente dos pagamentos do INSS. Legará um futuro de miséria para a população”, continuou o petista. “Felizmente, a união de senadores permitiu derubar o fim do abono para 12 milhões de trabalhadores que recebem até dois mínimos, em cima dos quais o governo queria fazer uma economia desumana.”

Matéria completa em CUT.org.br



Porque é mesmo necessário sair da ilha para ver a ilha

Por Juliana Santin

Nunca compreendi tão bem esse conto do José Saramago como hoje. O livro chama-se “O conto da ilha desconhecida”. Ganhei esse livro há alguns anos, tinha lido na época, e recentemente o reli. A releitura mostrou-me aspectos que tinham passado quando o li da primeira vez, mas somente a vida real mesmo me fez compreender essa frase – “É necessário sair da ilha para ver a ilha” – que tantas vezes é compartilhada em redes sociais, displicentemente, sem que quem compartilha consiga compreender a profundidade dela. Até porque, a frase faz parte do conto e fica um tanto quanto desprovida de seu sentido quando pinçada e tirada de seu contexto.

O conto é sobre um homem que resolve pedir ao rei uma embarcação para sair em busca de uma ilha desconhecida. No entanto, conforme descrito no conto, todos sabem que não há mais ilhas desconhecidas. Todas as ilhas já foram devidamente descobertas e mapeadas, catalogadas, conforme se espera. O homem, no entanto, insiste e diz que não vai sair de frente do castelo se o rei não conceder a ele a embarcação para sair em busca da tal ilha. Como há muitas pessoas fazendo pedidos ao rei e aquele homem ameaçava a ordem e a paz do reino, o rei cede e fornece a embarcação. O homem, então, vai ao barco, acaba arrumando a companhia de uma mulher que trabalhava no castelo, mas que também anseia deixar essa ilha conhecida em busca da ilha desconhecida, e parte em sua busca. E eis que no final, eles dão ao barco o nome de Ilha Desconhecida.

Quando li a primeira vez achei estranho e sem graça esse final. Ora, eles queriam encontrar uma ilha ou um barco? O barco era a ilha? Essa releitura que fiz me mostrou o que não compreendi na primeira vez que li. O barco é a ilha desconhecida, porque a ilha desconhecida é a nossa vida, somos nós.

Ele ia partir dessa “ilha conhecida”, de scripts prontos, já pré-formatada que vivemos, em busca da vida que ele queria construir e viver, do caminho que ele queria traçar e seguir. Em busca da construção, por ele mesmo, por suas próprias mãos, de sua vida, de seu caminho, de seu percurso. Ele é a ilha desconhecida. Somos todos ilhas desconhecidas.

O que o conto nos diz de forma muito inteligente é que sim, há ilhas desconhecidas, muitas, diversas. Não estão todas mapeadas, o caminho a se seguir não está no mapa, não está pré-traçado. Mas, por que é preciso sair da ilha para ver a ilha? Ora, porque estando na ilha você não consegue, mesmo, ver que há opções. Só conseguimos ver que há uma ilha quando assistimos à história de fora, quando vemos todos os personagens e cenários, quando percebemos que temos participação ativa nessa história, que somos na verdade os protagonistas dela.

Que não somos personagens que vivem scripts. Que temos nosso papel e que podemos e devemos assumir o controle da nossa embarcação, da nossa vida, da nossa ilha desconhecida. Que só conhecendo a ilha, conhecendo nós mesmos, conseguimos esse protagonismo. Entendemos que podemos e devemos tomar o controle da embarcação e que se errarmos o rumo, não calcularmos

direito os provimentos, se não conseguirmos manter o barco firme durante as incontáveis e imprevisíveis tempestades, somos nós que sofreremos as consequências e teremos que lidar com elas. Não é o rei. Não é o reino. Somos nós. Sou eu. É você.

Somos todos ilhas desconhecidas. O que aprendi recentemente a duras penas é que a saída da ilha para ver a ilha é um processo pessoal e intransferível. Não há como convencer alguém a ver a ilha de fora, porque a pessoa não vê a ilha. Na maioria das vezes, a tendência é ela achar que você está louco e que, como já disse o rei, não há ilhas desconhecidas, pois todas já foram mapeadas. Você acena feito louco, tenta mostrar, conta como viu a ilha, mas não adianta. Só vê a ilha quem quer ver a ilha e o impulso para que isso aconteça tem que ser muito grande, porque, por ser desconhecida, essa ilha que somos nós é bastante assustadora a princípio.

Poucos são os que sentem coragem em enfrentar o oceano sem o mapa, sem a diretriz, sem o capitão direcionando, sem um rumo certo, tendo que decidir metro a metro tudo o que vai acontecer e sem saber se está indo na direção certa, porque, não há mapa. É um processo difícil, mas necessário e sem volta. E depois se acostuma com essa liberdade de decisão do rumo, que vem sempre associada à “náusea” – emprestando o termo usado por Sartre – que é justamente a angústia de dirigir sozinho o barco da nossa própria vida. A nossa ilha desconhecida, que somos nós.

Fonte: motivacaoefoco.com.br